

QUESTÕES E PROBLEMAS

INTERTEXTUALIDADE E POLIFONIA
UM SÓ FENÔMENO?

Ingedore G.Villaça KOCH (Universidade Est. de
Campinas)

1. Introdução

Pretendo proceder, aqui, a uma reflexão sobre os conceitos tão freqüentes na literatura lingüística contemporânea de intertextualidade e polifonia, com o intuito de verificar, através da determinação das características e do âmbito de abrangência que lhes têm sido atribuídos, se designam um só e mesmo fenômeno ou, então, não sendo este caso, de propor uma maneira de distingui-los.

Examinarei, primeiramente, o conceito de intertextualidade e, a seguir, o de polifonia, para, finalmente, apresentar meu ponto de vista sobre a questão.

2. Intertextualidade

Começo citando Barthes (1974): "O texto redistribui a língua. Uma das vias dessa reconstrução é a de permutar textos, fragmentos de textos, que existiram ou existem ao redor do texto considerado, e, por fim, dentro dele mesmo; todo texto é um intertexto; outros textos estão presentes nele, em níveis variáveis, sob formas mais ou menos reconhecíveis.

Isto significa que todo texto é um objeto heterogêneo, que revela uma relação radical de seu interior com seu exterior; e, desse exterior, evidentemente fazem parte outros textos que lhe dão origem, que o predeterminam,

com os quais dialoga, que retoma, a que alude, ou a que se opõe. Foi esta a razão que levou Beaugrande & Dressler (1981) a apontarem, como um dos padrões ou critérios da textualidade, a intertextualidade que, segundo eles, diz respeito aos modos como a produção e recepção de um texto dependem do conhecimento que se tenha dos outros textos com os quais ele, de alguma forma, se relaciona. Essas formas de relacionamento entre textos são, como se verá, bastante variadas.

Em Koch (1986), distingo entre intertextualidade em sentido amplo e em sentido estrito.

2.1. A intertextualidade em sentido amplo, condição de existência do próprio discurso, pode ser equiparada ao que tem sido também denominado interdiscursividade (ou heterogeneidade constitutiva, segundo Authier, 1982). É nesse sentido que Maingueneau (1976: 39) afirma ser o intertexto um componente decisivo das condições de produção: "um discurso não vem ao mundo numa inocente solitude, mas constrói-se através de um já-dito em relação ao qual toma posição". Também em Pêcheux (1969) encontramos: "Deste modo, tal discurso envia a tal outro, frente ao qual é uma resposta direta ou indireta, ou do qual ele 'orquestra' os termos principais, ou cujos argumentos destrói. Assim é que o processo discursivo não tem, de direito, um início: o discurso se estabelece sempre sobre um discurso prévio...".

Para Verón (1980), que examina a questão da produção do sentido sob um ângulo sócio-semiológico, a pesquisa semiológica deve considerar três dimensões do princípio da intertextualidade: em primeiro lugar, as operações produtoras de sentido são sempre intertextuais

no interior de um certo universo discursivo (ex.: cinema); em segundo lugar, o princípio da intertextualidade é também válido entre universos discursivos diferentes (Ex.: cinema e TV); em terceiro lugar, no processo de produção de um discurso, há uma relação intertextual com outros discursos relativamente autônomos que, embora funcionando como momentos ou etapas da produção, não aparecem na superfície do discurso "produzido" ou "terminado". O estudo de tais textos mediadores pode oferecer esclarecimentos fundamentais não só sobre o processo de produção em si, como também sobre o processo de leitura, no nível da recepção. Trata-se, segundo Verón, de uma intertextualidade "profunda", por se tratar de textos que, participando do processo de produção de outros textos, não atingem nunca (ou muito raramente) a consumação social dos discursos.

Segundo Verón (1980: 82), a análise semiológica só pode avançar por diferença, isto é, por comparação entre objetos textuais: "Um texto não tem propriedades 'em si': caracteriza-se só por aquilo que o diferencia de outro texto (...) Por isso, a noção de intertextualidade não se refere apenas à verificação de um dos aspectos mais importantes do processo de produção dos discursos, mas também à expressão de uma regra de base do método (...); trabalha-se sempre sobre vários textos, conscientemente ou não, já que as operações em ação na matéria significativa são, por definição, intertextuais".

É também por meio da comparação dos textos produzidos em determinada (s) cultura(s) que se podem detectar as propriedades formais ou estruturais, comuns a determinado gênero ou tipo (intertextualidade de caráter tipoló-

gico), que são armazenadas na memória dos usuários sob a forma de esquemas textuais ou superestruturas (cf. Van Dijk & Kintsch, 1983; van Dijk, 1983, entre outros). Tais esquemas, que são socialmente adquiridos, desempenham papel de grande relevância no processamento (produção/intelecção) textual.

Estas são algumas das razões que levam Kristeva (1974:60), a criadora do termo, a afirmar: "qualquer texto se constrói como um mosaico de citações e é a absorção e transformação de um outro texto".

2.2. Considero intertextualidade em sentido estrito a relação de um texto com outros textos previamente existentes, isto é, efetivamente produzidos. Respaldo-me em Jenny (1979: 14): "propomo-nos a falar de intertextualidade desde que se possa encontrar num texto elementos anteriormente estruturados, para além do lexema, naturalmente, mas seja qual for seu nível de estruturação".

Entre os tipos de intertextualidade em sentido estrito, podem-se considerar os seguintes:

a) de conteúdo x de forma e conteúdo (descarto a possibilidade de uma intertextualidade a penas de forma, já que toda forma amolda/emoldura um conteúdo).

Ocorre intertextualidade de conteúdo, por exemplo, entre textos científicos de uma mesma área ou tendência do conhecimento, que se servem de conceitos e termos comuns, já definidos em outros textos daquela área ou tendência; entre matérias de jornais (e mídia em geral), no mesmo dia ou no período de tempo em que dado assunto é focal; entre diversas matérias do mesmo jornal; entre textos literários de uma mesma escola ou de um mesmo gênero

(por exemplo, as epopéias). Tem-se intertextualidade de forma e conteúdo, por exemplo, quando o autor de um texto imita ou parodia, tendo em vista obter efeitos específicos, estilos, registros ou variedades de língua, como é o caso de textos que reproduzem a linguagem da Bíblia, de determinado escritor ou de um segmento específico da sociedade.

b) explícita x implícita

A intertextualidade é explícita, quando há citação expressa da fonte do intertexto, como acontece no discurso relatado, nas citações, referências; nos resumos, resenhas e traduções; nas retomadas do texto do parceiro no diálogo etc. A intertextualidade implícita ocorre sem citação expressa da fonte, cabendo ao interlocutor recuperá-la para construir o sentido do texto, como nas alusões, na paródia, em certas paráfrases e diversos tipos de ironia.

c) das semelhanças x das diferenças (cf. Sant'Anna, 1985)

Na intertextualidade das semelhanças, o texto incorpora o intertexto para seguir-lhe a orientação argumentativa e, frequentemente, para apoiar nele a sua argumentação (Ex.: parafraseamento, argumentação por autoridade). Maingueneau (1987) fala aqui de valor de captação. Em se tratando de intertextualidade das diferenças, o texto incorpora o intertexto para ridicularizá-lo ou, pelo menos, refutá-lo, ou colocá-lo em questão (Ex.: paródia, ironia, contra-argumentação). É o que Maingueneau chama de valor de subversão.

d) com intertexto alheio, com intertexto próprio ou com intertexto atribuído a um enunciador genérico

Alguns autores reservam apenas para o primeiro caso a denominação de intertextualidade, utilizando para o segundo o rótulo intratextualidade ou autotextualidade (Genette, 1981). Atribuem-se a um enunciador genérico (a que Berrendoner, 1981, chama ON), enunciações que têm por origem um enunciador indeterminado, que fazem parte do repertório de toda uma comunidade, como é o caso dos provérbios e ditos populares. Ao usar-se um provérbio, produz-se uma "enunicação-eco" de um número ilimitado de enunciações anteriores do mesmo provérbio, cuja verdade é garantida pelo enunciador genérico ("ON"), representante da opinião geral, da "vox populi", do saber comum da coletividade. Todas estas manifestações da intertextualidade permitem apontá-la como fator de relevância na construção da coerência textual (cf. Koch & Travaglia, 1989).

2.3. Polifonia

O conceito de polifonia foi introduzido nas Ciências da Linguagem por Bakhtin (1929), para caracterizar o romance polifônico de Dostoiévski. Para Bakhtin/Volochinóv (1929), o dialogismo é constitutivo da linguagem: "A palavra é o produto da relação recíproca entre falante e ouvinte, emissor e receptor. Cada palavra expressa o 'um' em relação com o outro. Eu me dou forma verbal a partir do ponto de vista da comunidade a que pertença. O Eu se constrói constituindo o Eu do Outro e por ele é constituído".

Ducrot (1980, 1084) trouxe o termo para o interior da Pragmática Linguística para designar, dentro de uma visão enunciativa do

sentido, as diversas perspectivas, pontos de vista ou posições que se fazem presentes nos enunciados. Para ele, o sentido de um enunciado consiste em uma representação (no sentido teatral) de sua enunciação. Nessa cena, movem-se as personagens - figuras discursivas - que se representam em níveis diferentes:

- a) locutor - "responsável" pelo enunciado. (Ducrot distingue, ainda, o locutor enquanto tal (L) do locutor enquanto pessoa (A)).
- b) enunciadores - encenações de pontos de vista, perspectivas diferentes dentro do mesmo enunciado.

Ducrot (1984) considera dois tipos de polifonia:

- a) quando, no mesmo enunciado, se tem mais de um locutor - correspondendo, nesse caso, ao que denominei intertextualidade explícita (discurso relatado, citações, referências, argumentação por autoridade etc);
- b) quando, no mesmo enunciado, há mais de um enunciador, recobrando, em parte, a intertextualidade implícita, sendo, porém, mais ampla: basta que se representem, no mesmo enunciado, enunciadores que falam de perspectivas diferentes, de pontos de vista diversos, sem necessidade de se servirem de textos efetivamente existentes. Por isso, é que Ducrot se refere à encenação (teatral) de enunciadores - reais ou virtuais - a quem é atribuída a responsabilidade de posição expressa no enunciado ou segmento dele. Essa noção de polifonia permite explicar uma gama bastante ampla de fenômenos discursivos, entre os quais:

1. pressuposição - encenam-se, no caso, dois enunciadores, um primeiro (E1), responsável pelo pressuposto (geralmente o enunciador ge-

nérico "ON") e outro (E2), responsável pelo posto, com quem o locutor se identifica (EL=L).

2. Negação

Ducrot distingue a negação metalingüística da negação polêmica (ambas polifônicas). Na primeira, visa-se ao próprio locutor do enunciado oposto, do qual se contradizem os termos e cujos pressupostos podem ser rejeitados. (Ex.: Paulo não deixou de beber, ele nunca bebeu); na segunda, encenam-se dois enunciadores. E1, que produz o enunciado afirmativo e E2=L, que o contradiz (Ex.: Pedro não é trabalhador; ao contrário, é bem preguiçoso).

3. Ironia - encenam-se dois enunciadores, E1 e E2. E2, com quem o locutor se identifica, faz eco à voz de E1 para evidenciar o absurdo da posição deste.

4. Discurso indireto livre - mesclam-se as vozes de dois enunciadores (na narrativa, narrador (E1) e personagem (E2). Daí, a ambigüidade desse tipo de discurso, isto é, a dificuldade de se distinguir o ponto de vista (perspectiva) de onde se fala.

5. "Aspeamento"- nos casos de aspeamento (de conotação autonímica, conforme Authier), ocorrem, simultaneamente, uso e menção do termo ou expressão aspeada. Encena-se um primeiro enunciador (E1), responsável pelo uso do enunciado, expressão ou termo; e um segundo (E2=L), que menciona, "aspeia" o que diz o primeiro, para manter distância, isto é, eximir-se da responsabilidade do dito.

Authier (1981) distingue diversas funções das palavras usadas nessa operação de distanciamento: de diferenciação (para mostrar que nos distinguimos de aquele(s) que usa(m) a palavra, que somos "irredutíveis" às palavras mencionadas, de condescendência (assinalando uma palavra que se incorpora ao texto "paternalisticamente", sabendo que o interlocutor diria assim); de pedagógicas (no discurso de vulgarização, que também consistem no uso de termos ou expressões "vulgares", muitas vezes como um passo intermediário para permitir posteriormente o emprego da palavra "verdadeira"; "correta" a qual o locutor adere; de proteção (para mostrar que as palavras ou expressões não são plenamente apropriadas, que são usadas por outras razões, constituindo, muitas vezes, metáforas banais); de ênfase (de insistência); de questionamento ofensivo ou irônico (quanto à propriedade da palavra ou expressão empregada, por prudência ou por imposição da situação).

6. "detournement" - termo usado por Grésillon e Maingueneau (1984), para designar a alteração (na forma e/ou no conteúdo) de provérbios ou frases feitas, a título lúdico ou militante, com o objetivo de captação ou, mais comumente, de subversão. Trata-se de uma estratégia comum na publicidade e bastante frequente em outras formas de linguagem, como por exemplo, o humor e a música popular (cf. Bom Conselho, de Chico Buarque). Também aqui, a voz do enunciador genérico - "ON" - é introduzida representando a sabedoria popular, à qual adere ou se opõe o segundo enunciador, com quem o locutor se identifica (E2=L).

... (continua)

... (continua)

7. Argumentação por autoridade polifônica - que consiste na introdução da perspectiva de um outro enunciador genérico ou representante de um grupo ou de um "topos" (cf. Ducrot, 1987), ao qual o segundo enunciador (E2=L) se opõe ou a partir do qual argumenta. No primeiro caso, tem-se o mecanismo de concessão: acolhe-se no próprio discurso o ponto de vista do outro (E1), dá-se-lhe uma certa legitimidade, admitindo-o como argumento possível, para determinada conclusão (r), para depois introduzir a perspectiva de E2=L, que constitui argumento decisivo em sentido contrário (~r). É este o funcionamento devido ao operador MAS e seus similares. No segundo caso, ocorre o mecanismo conclusivo: apresenta-se a perspectiva de um enunciador E1, diferente do locutor (geralmente o enunciador genérico "ON") - e, a partir dela, argumenta-se a favor da própria posição. A asserção de E1 é "encenada" como argumento para a conclusão à qual se pretende levar o interlocutor, isto é, a argumentação de E2 é feita a partir do (com base no) argumento encenado. É este o funcionamento assinalado pelos operadores de tipo conclusivo (logo, portanto etc). O mesmo acontece quando do uso de enunciados introduzidos por expressões como: parece que..., segundo x ... etc, em que se introduz a perspectiva de outro enunciador, a partir da qual se argumenta, sem assumir a responsabilidade do dito ou comprometer-se com ele (cf. Koch, 1984); esse é também o caso do emprego "metafórico" (cf. Weinrich, 1964) do futuro do pretérito, em que se atribui a um enunciador indeterminado ou genérico a responsabilidade pelo que é veiculado, uso atestado com frequência na linguagem jornalística.

4. Conclusão

A partir do que foi aqui exposto, minha opinião relativamente aos dois conceitos enfocados, é de que, quando tomados em sentido estrito, não há coincidência total entre ambos.

Na intertextualidade, a alteridade é necessariamente atestada pela presença de um intertexto, cuja fonte é explicitamente mencionada no texto que o incorpora ou cujo produtor está presente, em situações de comunicação oral; ou, ainda, são provérbios, frases-feitas, expressões estereotipadas ou formulaicas, de autoria anônima, mas que fazem parte de um repertório partilhado por uma comunidade de fala. Em se tratando de polifonia, basta que a alteridade seja encenada, isto é, incorporam-se ao texto vozes de enunciadores reais ou virtuais, que representam perspectivas, pontos de vista diversos ou põem em jogo "topoi" diferentes daqueles em que se apóia o locutor. Deste modo, a meu ver, o conceito de polifonia recobre o de intertextualidade, em sentido estrito, isto é, todo caso de intertextualidade é caso de polifonia, não sendo, porém, a recíproca verdadeira: há casos de polifonia que não podem ser vistos como manifestações de intertextualidade.

Por outro lado, se é verdade que, do ponto de vista da construção do sentido, todo texto evoca outros textos e é perpassado por vozes de diferentes enunciadores, ora consonantes, ora dissonantes, não se pode deixar de caracterizar o fenômeno da linguagem humana como essencialmente polifônico, tomando-se, agora, polifonia como sinônimo de intertextualidade em sentido amplo, ou ainda, de

interdiscursividade, em que a heterogeneidade é constitutiva da própria possibilidade do discurso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUTHIER-REVUZ, J. (1982) Heterogenité mon - trée et heterogenité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. *DRLAVV* Paris, 26: 91-151.
- AUTHIER, J. (1981) Paroles tenues à distance. IN: *Materialités discursives*. Paris, Presses Universitaires de Lille.
- BAKHTIN, M. (1929) *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. bras. São Paulo, Hucitec, 2^a ed., 1981.
- _____ (1929) *La poétique de Dostoievski*. Trad. franc. Paris, Seuil, 1970.
- BARTHES, R. (1974) Verbete "Texte". *Encyclopedie Universalis*.
- BEAUGRANDE, R.de & DRESSLER, W.U. (1981) *Einführung in die Textlinguistik*. Tübingen, Max Niemeyer.
- BERRENDONER, A. (1981) *Éléments de pragmatique linguistique*. Paris, Minuit.
- DIJK, T.A. Van (1983) *La Ciencia del Texto*. Trad. cast. Madrid, Paidós.
- _____ & KINTSCH, (1983) *Strategies in discourse comprehension*. New York, Academic Press.
- DUCROT, O. (1980) *Les mots du discours*. Paris, Minuit.
- _____ (1984) *Le dire et le dit*. Paris, Minuit.
- _____ (1987) Argumentação e "topoi" argumentativos. Trad. bras. IN: GUIMARÃES, E.R.J. (org.) *História e sentido na linguagem*. Campinas, Pontes, 1989.

- GENETTE, G. (1981) *Introduction à l'architexte*. Paris, Seuil.
- GRESILLON, A. & MAINGUENEAU (1984) Polyphonie, proverbe et détournement. *LANGAGES*. Paris, Larousse, 73: 112-125.
- JENNY, L. (1979) A estratégia da forma. Trad. port. IN: *Intertextualidade*. Coimbra, Almedina.
- KOCH, I.G.V. & TRAVAGLIA, L.C. (1979) *Texto e Coerência*. S.Paulo, Cortez.
- _____ (1986) A intertextualidade como critério de textualidade. IN: *Cadernos PUC*, S.Paulo, EDUC, 22:39-46.
- _____ (1984) *Argumentação e linguagem*. S.Paulo, Cortez.
- KRISTEVA, J. (1974) *La révolution du langage poétique*. Paris, Seuil.
- MAINGUENEAU, D. (1976) *Initiation aux méthodes de l'analyse du discours*. Paris, Hachette.
- _____ (1987) *Novas tendências em análise do discurso*. Trad. bras. Campinas, Pontes.
- PÊCHEUX, M. (1969) *Analyse automatique du discours*. Paris, Dunod.
- SANT'ANNA, A.R. de (1985) *Paródia, Paráfrase e Cia*. S.Paulo, Ática.
- VÉRON, E. (1980) *A produção do sentido*. Trad. bras. S.Paulo, Cultrix/EDUSP.
- WEINRICH, H. (1964) *Tempus: besprochene und erzählte Welt*. Stuttgart, Klett.